

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Setembro 2019

Mala Direta
Postal Básica
9912330578 - DR/RS
SIND. BANCÁRIOS PELOTAS
"CORREIOS"



**DIREITOS DOS BANCÁRIOS
GARANTIDOS!**

**REAJUSTE SALARIAL
AUXÍLIOS
GRATIFICAÇÕES
NÃO TRABALHO AOS SÁBADOS**

**ACORDO
2018 / 2019**



Editorial

Nesta edição de O Troco, convidamos a categoria bancária a refletir sobre o papel do Sindicato e a importância do nosso trabalho para o desenvolvimento do Brasil. O reajuste de 4,31%, obtido na última Campanha Salarial, injetará R\$ 10,549 bilhões na economia entre 1º de setembro de 2019 a 31 de agosto de 2020, segundo cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Sabemos que, hoje, estamos enfrentando o pior período de recessão da nossa história, mas o lucro dos bancos segue crescendo – e muito – tendo alcançado R\$ 20 bilhões de lucro consolidado no primeiro trimestre de 2019. Esse valor representa uma elevação de 22% de lucro, considerando apenas os quatro maiores bancos do país. Um cenário controverso se considerada a realidade da maior parte dos brasileiros, atualmente, com um saldo de 12,6 milhões de desempregados. Além do desemprego, os brasileiros têm que lidar com recorrentes ataques. Mobilizados desde o ano passado, bancárias e bancários conseguiram uma vitória em relação à MP 881. Foi barrada, no senado, a liberação do trabalho aos domingos e feriados. Graças à CCT, a categoria conseguiu garantir, também, o trabalho aos sábados, uma vez que a Convenção determina que a nossa jornada de trabalho deve ser efetuada de segunda a sexta. A Campanha Salarial 2018/2019 é uma conquista do Sindicato, que tem enfrentado o momento mais duro de perseguição à organização dos trabalhadores e a luta por direitos e garantias constitucionais.

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiária de Comunicação

HELENA SCHUSTER

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas

e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica SeriarTE

Artigo

A irracionalidade de vender o Banrisul

Por Sérgio Hoff*

Em todo momento de crise das finanças públicas gaúchas o assunto da venda do Banrisul volta à pauta política. É uma absoluta irracionalidade, mas como vivemos tempos de baixa racionalidade, é importante esclarecer as coisas.

O Banrisul não faz parte dos problemas financeiros do Estado, ao contrário. Ele não exige aportes do Estado, é ele que, ano após ano, aporta ao Tesouro recursos decisivos para que crise do Estado não seja ainda maior. No ano passado o Banrisul lucrou mais de R\$1 bilhão e este ano não será diferente. A venda do Banco significaria nunca mais contar com estas entradas dos dividendos no Tesouro.

A venda de estatais nunca serviu para trazer equilíbrio financeiro ao estado, prova disto é o Governo Britto que vendeu a CEEE e a CRT e deixou a dívida pública duas vezes maior do que quando assumiu. Os problemas do Estado estão em outros lugares e sua solução também.

Em primeiro lugar, no péssimo acordo da dívida, que, para se ter uma ideia, era de R\$ 26 bilhões em 1994. De lá para cá, o estado já pagou R\$ 60 bilhões e ainda devemos o mesmo montante. É quase inacreditável. Se tivéssemos aplicado as taxas que foram renegociadas em 2014, desde seu início, a dívida já estaria inteiramente paga.

Em segundo lugar está a Lei Kandir, que retirou os impostos estaduais das exportações

de produtos primários. Para um estado exportador e com alto peso do setor primário como o Rio Grande do Sul, isso foi um tiro no peito. O governo federal nunca ressarcuiu as perdas. O STF deu ganho de Estado e já determinou que o Congresso vote a regulamentação da Lei. Cinquenta bilhões de reais é o tamanho da perda do Rio Grande do Sul até agora.

Por fim há a guerra fiscal. É aquela coisa: uma grande indústria ameaça trocar de estado se o governo não a isentar de impostos, o governo isenta e logo vem outra fazendo o mesmo. Somente no ano passado, o RS deixou de arrecadar R\$ 10 bilhões com renúncias fiscais, segundo a própria SEFAZ.

Como se vê a crise do estado passa longe do Banrisul. Ele é parte da solução e não do problema.

Mas se as finanças públicas não têm nada a ganhar com a venda do Banrisul, a sociedade gaúcha tem muito a perder. O Banco é um patrimônio dos gaúchos, com 91 anos de história sendo comemorados hoje, dia 12 de setembro, 500 agências e 3 milhões de clientes.

É a única instituição bancária em inúmeros municípios gaúchos. É uma instituição sólida, lucrativa e com expertise no mercado regional. Privatizá-lo é mais que um erro. É um crime contra a história dos gaúchos.

*Diretor da Fetrafi-RS e ex-funcionário do Banrisul

CHARGE



Violência contra a mulher: vereadores desrespeitam fala de mulheres no plenário da Casa

Após diversos episódios de desrespeito à fala das vereadoras, na Câmara de Vereadores de Pelotas, no último dia 27 de agosto, a sessão parlamentar teve de ser paralisada devido às agressões sofridas pela vereadora Fernanda Miranda (PSOL).

Um vídeo divulgado pelo jornal Diário Popular (DP) mostra o momento em que a parlamentar é interrompida enquanto discursava contra os projetos de Parceria Público-Privadas, que têm sido defendidos pela Prefeitura.

Ao ser interrompida, primeiramente, pelo vereador Roger Ney (PP), a vereadora cobrou uma postura adequada dos parlamentares que estavam rindo e conversando enquanto ela fazia as suas considerações. Ao reagir, o vereador Anderson Garcia (PTB) chegou a sugerir que Fernanda estaria fora de si: “Tem que se tratar. Chamem o Samu”, vociferou.

Acompanhando o colega nos insultos a parlamentar do PSOL, Ney afirmou que Fernanda estaria “se vitimizand”. Além disso, contradisse a fala do colega Anderson, que havia acabado de afirmar que ambos conversavam, enquanto ela falava, mas não estariam sequer ouvindo o que ela dizia: “Quando ela falou que o Sanep ia ser privatizado, a gente meio que riu com um tom, realmente, não acreditando no que estava ouvindo. Aí ela falou do Bernardo de Souza e eu falei alto: falecido. Ela parou com a fala. Foi o suficiente para ela se vitimizar e fazer o que fez”, disse Ney. Segundo reportagem veiculada pelo DP, somente em agosto foram sete interrupções, registradas em plenário. Em menor número na Casa, as vereadoras não recebem o mesmo tratamento dos homens quando estão discursando na Tribuna. Ao ser questionado por Fernanda, no episódio que levou ao licenciamento da vereadora do PSOL, o presidente da Casa, Fabrício Ta-



Foto: Lenise Slawski

vares (PSD), disse não ver deboche, nem interrupção, nas atitudes de Ney e Garcia.

O comportamento dos vereadores foi muito criticado por internautas, no site do DP, mesmo entre aqueles com posição político-partidária contrária à do PSOL. Ao comentar o episódio, a vereadora Fernanda Miranda agradeceu a solidariedade dos pelotenses e denunciou o machismo, na Câmara, alertando para a necessidade de uma postura adequada ao cargo que os vereadores ocupam. “Não vamos deixar nunca que nos caem. Nós somos muitos, e muitas, lutando por uma sociedade justa e nós vamos continuar lutando para que tenhamos mais respeito. Não vamos aceitar essa forma machista de desprezar o que a gente fala e pelo que a gente luta”, enfatizou.

Festa dos Bancários

A tradicional Festa dos Bancários, realizada no dia 30 de agosto, contou com coquetel, janta e animação de Fábio Saraiva e Banda. A categoria se reuniu para comemorar os 86 anos do Sindicato e também o Dia do Bancário, celebrado no dia 28 de agosto. Confira alguns momentos da noite:



Bancos não podem deixar de atender presencialmente

Segundo determinação do Banco Central (BC) os bancos não podem deixar de atender presencialmente. Publicada no Diário Oficial da União, a resolução nº 4.746 diz que é “vedado às instituições impedir o acesso, recusar, dificultar ou impor restrição ao atendimento presencial em suas dependências, inclusive em guichês de caixa, a clientes ou usuários de produtos e de serviços, mesmo quando disponível o atendimento em outros canais”. A determinação não se aplica aos serviços de arrecadação ou de cobrança, quando não houver contrato ou convênio para a sua prestação celebrado entre a instituição financeira e o ente beneficiário; ou o contrato ou convênio celebrado não contemple o recebimento em guichê de caixa das dependências da instituição.

Também se exclui da regra o recebimento de boletos de pagamento emitidos fora do padrão, das especificações ou dos requisitos vigentes para o instrumento; recebimento de documentos mediante pagamento por meio de cheque; e as instituições que não possuam dependências ou às dependências de instituições sem guichês de caixa. Os postos de atendimento instalados em órgão ou de entidade da Administração Pública ou de empresa privada com guichês de caixa, nos quais sejam prestados serviços do exclusivo interesse do respectivo órgão ou entidade, também estão fora das determinações.

Governo mira no FGTS e no Programa Minha Casa Minha Vida

O Ministério da Economia estuda retirar da Caixa a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e planeja, ainda, reformular o programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida. O programa habitacional do governo federal foi responsável por injetar R\$ 113 bilhões em subsídios à moradia de 2009 a 2018, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, mas não tem sido prioridade no governo Bolsonaro. Para 2020, o Orçamento da União prevê destinar apenas R\$ 2,71 bilhões para o Minha Casa Minha Vida. O valor equivale a metade da dotação prevista para este ano. Com estas condições que estão sendo impostas, o dinheiro será usado apenas para honrar as obras que já estão em andamento, não havendo possibilidade de novas contratações de serviços.

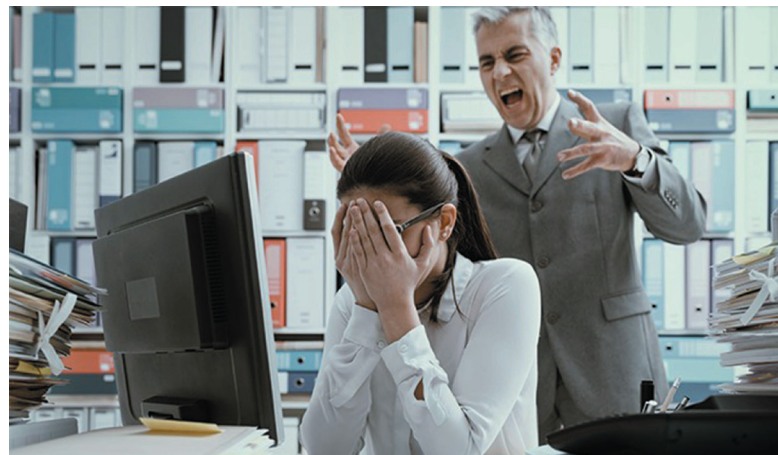
Nesse processo de destruição da função social da Caixa, o banco é visto pelo governo Bolsonaro como “um entrave”. Desde o início do ano, o FGTS vem sofrendo constantes ataques. O Fundo foi criado para que os trabalhadores, demitidos sem justa causa e ao se aposentar, tivessem acesso a uma poupança individual, no montante de um salário por ano de trabalho. O FGTS tem um papel social fundamental para o desenvolvimento do Brasil e do brasileiro. Até que os recursos sejam sacados pelos trabalhadores eles são utilizados para financiar políticas de habitação, infraestrutura urbana e saneamento.

Santander é condenado por metas abusivas e adoecimento mental dos bancários

Segundo a sentença, a cada 2 horas e 48 minutos, um bancário ou bancária que trabalhava na instituição desenvolveu doença mental por causa da pressão sofrida. Banco também foi condenado por assédio moral

Em sentença concedida pelo juiz da 3ª Vara do Trabalho de Brasília, Gustavo Carvalho Chehab, o Santander foi condenado a pagar indenização de R\$ 274 milhões de reais por dano moral coletivo. O banco estava submetendo bancárias e bancários a metas abusivas de produção, o que levou ao aumento do índice de adoecimento mental ocupacional. O mesmo juiz ainda condenou o Santander em outra ação. Nesta última, a multa ficou em R\$ 1 milhão de reais devido à prática de assédio moral.

Para se ter uma ideia, no ano de 2014, a média de afastamentos por doença mental ocupacional e acidentes decorrentes da rotina de trabalho, no Santander, foi de dois empregados por dia. De 2012



a 2016, 6.763 bancários receberam auxílio-doença do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Desse total, 1.784 são ou foram empregados do Banco Santander, o que significa 26,38%.

Itaú “Tempos modernos” instauram clima de terror no Itaú

Empresa mais lucrativa do país, o Itaú está instalando um clima de terror por causa da reforma trabalhista, do avanço da automação dos processos e do plano de demissão voluntária. Os bancários estão inseguros e adoecendo por causa das mudanças.

A reforma trabalhista, que prometeu “modernizar” as relações de trabalho e criar seis milhões de empregos, está gerando apenas precarização e insegurança no mercado de trabalho e também no Itaú. A nova lei legalizou a terceirização sem restrições e a pejotização – contratação de empregados em regime Pessoa Jurídica. E o Itaú está se valendo amplamente dessa “flexibilização” para reduzir

os seus custos trabalhistas e aumentar ainda mais os seus lucros estratosféricos.

Levantamento da CUT, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta que os terceirizados ganham em média 25% menos do que os empregados diretos – e no setor bancário chega a ser 70% menos –; têm jornadas maiores (trabalham em média 3 horas a mais por semana) e ficam menos tempo em cada emprego (em geral são demitidos antes de completar três anos de contrato, enquanto que a média de permanência do funcionário direto é de 5,8 anos).

TRABALHO AOS SÁBADOS: CLT E CCT RESGUARDAM BANCÁRIOS



O Senado aprovou a MP 881, mas retirou do texto seu ponto mais polêmico: o que liberava o trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de respeitar acordos trabalhistas, e sem a necessidade de pagamento de horas extras em dobro, que poderia ser substituído por uma folga em qualquer outro dia da semana, determinada pelo empregador. Os senadores, entretanto, mantiveram os outros pontos do texto, inclusive a revogação da lei 4.178/62, que proíbe a abertura de bancos e outros estabelecimentos de crédito aos sábados e domingos. Esse ponto é mais uma ameaça à jornada da categoria bancária, determinada por lei (artigos 224 e 225 da CLT) e pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria, válida em todo o país.

Campanha Salarial 2018/2019

A jornada dos bancários só está resguardada graças à legislação e a CCT, já que o artigo 224, da CLT, determina que o trabalho em bancos deve ser efetuado de segunda a sexta, ou seja, exclui sábados e domingos. A CCT foi mantida em um acordo de dois anos, firmado na Campanha Salarial do ano passado, assegurando os direitos da categoria. No último dia seis de setembro, foi divulgado o índice de correção dos salários e verbas da categoria para o ano de 2019. Os bancos que ainda não realizaram o pagamento da PLR devem fazê-lo até o dia 20 de setembro. A exceção é o Santander, que descumpriu o acordo coletivo e só fará o pagamento no dia 30 de setembro. Confira, na tabela, como ficam o índice do reajuste salarial e a PLR para este ano de 2019.

ITENS DA CCT 2019

REAJUSTE SALARIAL

Reajuste diferenciado	4,31%
PLR	4,31%

PISOS ATÉ 90 DIAS

Portaria	1.528,58
Escritório	2.190,80
Caixa e Tesoureiro	2.762,96

PISOS APÓS 90 DIAS

Portaria	1.674,42
Escritório	2.401,83
Caixa e Tesoureiro	3.244,45

GRATIFICAÇÕES

Gratificação de Caixa	572,17
Outras verbas de Caixa	270,56
Adicional por tempo de serviço	32,72
Gratificação de compensador de cheques	186,43

AUXÍLIOS

Auxílio refeição	36,69
Auxílio alimentação	636,18
13º auxílio alimentação	636,18
Auxílio babá/creche	488,62
Auxílio funeral	1.100,74
Morte e invalidez por assalto	164.141,40
Auxílio transporte (noturno)	114,90
Requalificação profissional	1.640,48

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL

PLR - regra básica	2.457,36
PLR - parcela adicional (teto)	4.914,72
Teto regra básica	13.182,53
Teto regra básica majorada	29.001,54
ANTECIPAÇÃO PLR	
Valor fixo	1.474,42
Teto regra básica antecipação	7.909,51
Teto antecipação adicional	2.457,36

Banrisul: cada vez mais privado e menos público



O Governo Eduardo Leite segue a mesma política de seu antecessor, no Palácio Piratini, colocando cada vez mais ações à venda no mercado. Isso inclui as ações ordinárias, que dão direito a voto nas assembleias. Desde o início do seu mandato, Leite tem agido de modo a entregar para a iniciativa privada todos os papéis com direito a voto. Isso representaria a venda de 50% do que está nas mãos do governo do Estado, menos uma ação, para manter o controle acionário no limite da promessa de campanha.

Para piorar a situação, na noite da terça-feira (10/09), o deputado estadual Sérgio Turra (PP) conseguiu protocolar na Assembleia Legislativa uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que visa acabar com a necessidade de plebiscito para a venda de estatais como o Banrisul. A PEC que retirou a necessidade de consulta prévia para a venda das estatais de energia tinha passado em plenário, na Assembleia, em 7 de maio, com 39 votos a favor e 13 contra. Em 23 de abril, o primeiro turno teve placar semelhante, de 40 a 13. As emendas à Constituição exigem, no mínimo, 33 votos (3/5 do total de parlamentares).

Encontro Nacional dos Banrisulenses

No dia 14 de setembro, funcionários do Banrisul, de todo o país, se reuniram, em Porto Alegre, para discutir as ameaças que estão sofrendo com a possibilidade de privatização do banco. “O fatiamento, com a venda das ações, preocupa porque o banco está cada vez mais privado e, conseqüentemente, mais perto de ser entregue, de vez, ao capital”, disse Rafael Silva, diretor do Sindicato e funcionário do banco, que esteve presente no Encontro.

Durante o evento, os funcionários do Banco denunciaram a perda de funcionários, as mudanças na função dos caixas, a pressão pelo cumprimento de metas, o assédio e a precarização do trabalho. Foi consenso entre os presentes a importância da manutenção do Banrisul público, fomentando a economia gaúcha e assegurando o emprego dos funcionários que atuam por todo o estado. Hoje, são mais de 500 agências do Banrisul em atividade, com quase 100% de abrangência, sendo o único banco presente em 80 cidades gaúchas.

Acesse o Google Play e baixe o aplicativo do Sindicato.

Fique por dentro das notícias da categoria.



Nova ‘reforma’ trabalhista visa anular atuação sindical



No final do mês de agosto, o presidente Jair Bolsonaro criou o que seu governo tem chamado de Grupo de Altos Estudos do Trabalho (Gaet). Trata-se de uma iniciativa da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho que visa preparar uma nova “Reforma Trabalhista”.

Os principais pontos desta nova medida de redução dos direitos dos trabalhadores é acabar com a unicidade e a contribuição sindical. A suposta “modernização do Estado brasileiro” já tem mostrado sua verdadeira face. Tenta-se, a todo custo, enfraquecer a representação dos trabalhadores diante da nova rodada de mudanças nas leis trabalhistas, em que o governo estuda alterar ainda normas de segurança e saúde no trabalho e ampliar mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Composto por ministros, desembargadores e juízes, o grupo de trabalho quer finalizar a “Reforma Trabalhista”, em vigor desde novembro de 2017, mas com pontos ainda pendentes de avaliação jurídica que o governo

Bolsonaro quer agora amarrá-los. Implementada pelo ex-presidente Michel Temer, após o golpe de 2016 que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, à época a “reforma” foi propagandeada como necessária para a criação de empregos, mas, quase dois anos depois, não conseguiu ampliar a oferta de novas vagas, crescendo apenas o número de trabalho informal. Além disso, o desemprego ainda é alto, atingindo 12,6 milhões de brasileiros de acordo com o IBGE.

Em agosto, o Congresso aprovou a MP da Liberdade Econômica, apelidada de minirreforma trabalhista. Para os sindicatos essa medida já pode ser considerada como o início de uma nova revisão das regras trabalhistas. O governo não tem capacidade de criação de empregos, de tentar achar alternativa para a economia do Brasil, então ataca os direitos dos trabalhadores. Eles só pensam em medidas que precarizam ainda mais as condições dos trabalhadores e aumentam o desemprego.

Convide sua família e venha comemorar conosco!



SINDICATO DOS
BANCÁRIOS
PELOTAS E REGIÃO



DO DIA DO SAI!



Uma festa da cultura brasileira!

Venha comemorar o Dia das Crianças com muitas brincadeiras e atividades.

Data: 19 de outubro de 2019 - Hora: 14h

Local: ABEFAP - Av. Sen. Augusto Assunção, 771 - Laranjal

Apoio:



Realização:



Favor confirmar presença
98412-6390 Adriana / 981-1415 Cristina / 3225-4066 Sindicato dos Bancários